

JANTAR CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS
MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HOTEL CARLTON – 3 DE JULHO DE 2007

O que me preocupa é o facto de o Governo, a maioria parlamentar do PS e, em particular, o ministro responsável pela área da comunicação social não compreenderem - ou não quererem compreender - o que está em jogo.

O que está em jogo é que os media, incluindo, claro está, os media portugueses, competem num mercado global. Isso implica que as empresas portuguesas de comunicação social sejam suficientemente fortes para enfrentarem a concorrência a nível internacional.

O que está em jogo é que, nessa concorrência global, continuam a competir meios de comunicação social não comerciais, apoiados em subsídios de origem estadual. E que esses ditos serviços públicos reivindicam também a necessidade de estarem

presentes no mercado global e, para tal, continuam a exigir dos Governos o apoio financeiro, legal e regulamentar de que já beneficiam nas áreas da rádio e da televisão.

O que está em jogo é que, além dos meios tradicionais, entraram no mercado global novos protagonistas, que, nada tendo a ver com os media tradicionais, agregam conteúdos, e criam valor pelo modo como organizam a informação, o entretenimento, os contactos entre os indivíduos e as comunidades. E que vêm servir-se de uma fatia cada vez mais volumosa do sempre limitado bolo da publicidade.

O que está em jogo é que estes novos protagonistas não estão sujeitos à carga pesada da regulação a que os meios tradicionais se encontram submetidos. O que obriga a modificar o conceito de regulação, a aligeirar a intervenção dos reguladores, e põe em causa o conceito de pluralismo dos media (como disse recentemente a Comissária Viviane Reding:

“Talvez a nossa aproximação ao pluralismo dos media deva mudar, de forma a olharmos mais para os resultados do que para as estruturas internas.”)

O que está em jogo é a discussão da economia da criatividade, da digitalização dos conteúdos, da interculturalidade e dos direitos de autor. O que, para se encontrar uma solução vencedora, envolve abertura, visão estratégica, capacidade de trabalhar em conjunto, bem como compreensão pelos mecanismos libertadores da sociedade civil, entre os quais a auto-regulação, e a conseqüente renúncia a esquemas bizarros e antiquados de controlo pelo poder político.

É isto efectivamente o que está em jogo. E não sou eu apenas a dizê-lo, para ser original ou para contrariar o ministro Santos Silva.

- Cito, de novo, a Comissária Reding: “Com a Web 2.0, iremos assistir a um período de mudança. Serão todos os novos negócios vistos como anti-competitivos e anti-pluralistas? Ou será que a consolidação dos velhos media e a sua fusão com os novos media será vista como parte da “destruição criativa” por que temos de passar para chegar a uma futura convergência do on-line?”.

- Cito a Press Complaints Commission inglesa: “As traves mestras de uma eficiente regulação de conteúdos serão baseadas em princípios e não em regras detalhadas; na flexibilidade das estruturas; na capacidade de actuar rapidamente para resolver conflitos; e no aliciamento e cooperação dos regulados”.

Ora o que tem acontecido em Portugal nos últimos anos é precisamente o contrário.

A fúria legislativa não pára. O Governo propõe e o Parlamento aprova regulamentações para todos os gostos, e controlos rígidos, que vão desde a formação do capital das empresas, à programação das televisões, a quem pode e não pode ser director de um jornal, aos estatutos editoriais, aos códigos de conduta jornalística, aos livros de estilo, e aos próprios conteúdos, constantemente monitorizados por uma Entidade Reguladora à qual as sucessivas leis concedem poderes acrescidos.

Longe vão os tempos do Plano Tecnológico e da lufada de ar fresco que ele parecia querer introduzir. Pelo contrário, é flagrante e constante a insistência governamental em proibir, travar, limitar, burocratizar, impedir a adaptação e o aproveitamento, pelas empresas e pelos profissionais, da revolução em curso, da inovação constante, em matéria de informação, de entretenimento, de criatividade, de distribuição de conteúdos, de direitos de autor, de publicidade, etc..

Peça a peça, o cerco vai-se completando. Foi a lei da ERC, com os largos, excessivos, poderes de intervenção que lhe foram atribuídos. Foi o Estatuto dos Jornalistas, com a inaceitável solução imposta em matéria de direitos de autor, que dificulta a possibilidade de as empresas privadas de comunicação social se reestruturarem de forma a enfrentarem os desafios das novas tecnologias, dos novos mercados e dos novos modelos de negócio. Foi a Lei da Televisão, que protege e fortalece com mais canais o serviço público, e que afecta, de novo, os privados, concedendo à ERC poderes que vão desde os exames quinquenais até à possibilidade de densificar as obrigações dos operadores durante o período da licença. É agora a lei contra a concentração da propriedade dos meios de comunicação social, excluindo, claro, os meios do Estado, que quer que tudo fique como agora está para sempre, que ninguém cresça, aproveita para obrigar à “existência de várias correntes de opinião”, fixa limites para as receitas publicitárias e esquece que as empresas de media, incluindo a imprensa,

devem ser suficientemente fortes para enfrentar a concorrência a nível internacional.

Na estratégia do cerco, essa preocupação não aparece. A competitividade de um sector tão crucial como o dos media não é minimamente importante. O que interessa é burocratizar, espartilhar, controlar, cortando cerce as aspirações de convergência multimédia, de crescimento, de internacionalização que qualquer empresa de media deve ter, num mundo em acelerada mutação, em especial as privadas que não vivem do dinheiro dos contribuintes.

Se esta falta de visão sobre o que se passa a nível europeu e mundial é genuína, é verdadeira, o caso é

grave, porque revela, por parte de quem devia ver mais longe, uma conflagradora estreiteza de análise e de propósitos.

Mas, se não é genuína, se todo o esquema do cerco é utilizado como meio para atingir objectivos de controlo da informação e dos conteúdos em geral, o caso é muito, mas mesmo muito, mais grave.

- Entender que só o serviço público de televisão, de rádio (e já agora, por que não?, de imprensa ou de Internet) é bom, devidamente controlado pelo Estado, e financiado pelos contribuintes.
- Entender que é preciso que uma entidade eleita pela Assembleia da República se pronuncie - e para tal monitorize, regularmente, permanentemente - sobre o jornalismo e o entretenimento, e tenha competência para punir, quando os meios não se comportam como é politicamente correcto.

- Entender que quem é dono de uma empresa jornalística não pode sequer opinar sobre conteúdos.

Entender tudo isto é escolher e exercer uma opção ideológica que, para mim, põe em causa a liberdade de informar e de ser informado, tão arduamente conquistada ao longo dos últimos 30 anos.

Em nome da protecção dos menores, das minorias étnicas, dos menos cultos, do povo em geral, transforma-se a empresa privada no lobo mau, ignora-se as responsabilidades do Estado e das famílias na literacia mediática, relega-se os tribunais para segundo plano, e , pela acumulação de interdições e sanções, a cargo da onipotente ERC, conduz-se os jornalistas e os programadores à auto-censura. Por este caminho, ainda chegaremos ao extremo de haver quem apresente

previamente os conteúdos à ERC, com medo das coimas, prisões, etc. .

Esta tentativa de castração não atinge apenas as empresas privadas, os que nelas trabalham, os que nelas investem e os que nelas anunciam. Repercute-se igualmente sobre os jornalistas e fotógrafos freelancers, os produtores independentes, os realizadores, os actores, os publicitários, enfim, todos os criativos, pelo menos os que não se deixarem apanhar pelo vicio da subsídio-dependência.

Se, afinal, a estratégia do cerco não for apenas uma aflitiva falta de visão, mas um opção ideológica ou, o que é pior, uma mera tentativa organizada de controlo dos media, a questão é efectivamente muito grave. Uma democracia não funciona, não existe sem meios de comunicação social livres, ou seja, não orientados, não vigiados, não controlados.

E também aqui não sou só eu – para ser original ou para contrariar o ministro Santos Silva – a dizê-lo.

- Cito a Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, a propósito da proposta de lei contra a concentração da propriedade dos media: “Trata-se uma vez mais de um diploma que condiciona de forma estrutural o nosso sector, em desfavor da liberdade das empresas, da sua capacidade de investimento, da sua necessária consolidação e da sua competitividade. Para além destes aspectos, a proposta fere de forma sistemática os princípios da liberdade de informação e programação, da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão”.

- Cito o abaixo assinado de um grupo, que já vai em 121, de jornalistas, alguns deles desempenhando cargos de relevo nas respectivas Redacções:

“O grupo de jornalistas abaixo assinados, constatando que se encontra em marcha o mais violento ataque à liberdade de Imprensa em 33 anos de democracia, decidiu juntar a sua voz à de todos os cidadãos e entidades que se têm pronunciado sobre a matéria e manifestam publicamente o seu repúdio por todo o edifício jurídico aprovado pela Assembleia da República, ou à espera de aprovação, referente à sua actividade profissional, que consideram limitativo do direito Constitucional de informar e ser informado.

Em causa estão, designadamente, os poderes e a prática da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, as novas leis da Rádio e Televisão, o recentemente aprovado Estatuto do Jornalista e o anteprojecto de lei contra a concentração da titularidade, ainda em fase de discussão pública e ironicamente apresentado pelo legislador como de promoção do pluralismo

e da transparência e “independência perante o poder político e económico”. Acresce ainda o futuro Código Penal - negociado entre PS e PSD no Pacto da Justiça – na parte que se refere à Violação do Segredo de Justiça”.

- Cito António Barreto no Público de Domingo, 24 de Junho: “Não se trata de imperícia. Se fosse, já o rumo teria sido corrigido. Não são ventos de loucura. Se fossem, teriam sido como tal denunciados. Nem são caprichos. É uma intenção, é uma estratégia, é um plano minuciosamente preparado e meticulosamente posto em prática. Passo a passo. Com ordem de prioridades. Primeiro os instrumentos, depois as leis, a seguir as medidas práticas, finalmente os gestos. E toda a vida pública será abrangida. Não serão apenas a liberdade individual, os direitos e garantias dos cidadãos ou a liberdade de expressão que são atingidos. Serão também as políticas de toda a espécie, as financeiras e as de investimento, como as da

saúde, da educação, administrativas e todas as outras”.

Tudo isto me preocupa, mas não me apavora nem sequer me intimida. Pelo contrário, hei-de continuar a lutar pelos meus direitos como cidadão, como empresário e como jornalista que continuo a ser.

É por isso - e não para ser original ou para contrariar o ministro Santos Silva – que aceitei o convite para ser orador neste jantar.